



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE POSTAGEM NO REPOSITÓRIO
DIGITAL
PELO MODERADOR**

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Nome: Renaldo do Nascimento Afonso Júnior

Email: nashmentuio@gmail.com Telefone: (83) 98780-4882

RG: 3566210 5505 Matrícula: 20174670050

Identificação do Material: () Tese () Dissertação () Monografia de Especialização ()

TCC de Graduação () Relatório de Estágio (X) Outros Artigo de Especialização

Título do Trabalho: Pelo de políticas para a informatização e inclusão digital da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena de Píripituba - PB.

AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/98, autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB a disponibilizá-la gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais do trabalho em meio eletrônico, no Repositório Digital da Instituição, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica gerada pela IFPB. Autorizo ainda a conversão do tipo digital do arquivo para fins de preservação, backup e continuidade da plataforma, de acordo com a política de gerenciamento e disponibilização informacional do IFPB.

Mari 23/01/2019
Cidade Data

Renaldo do N. Af. Júnior
Assinatura

Ciclo de Políticas para a informatização e inclusão digital da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena de Pirpirituba-PB

Ronaldo do Nascimento Monteiro Júnior
roohmonteiro@gmail.com.br / IFPB / Especialização em Gestão Pública
Maria da Conceição Monteiro Cavalcanti
mcmcavalcanti2012@gmail.com / IFPB / Especialização em Gestão Pública

Resumo

Este artigo propõe elaboração de um projeto de informatização e inclusão digital da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena, localizada no município de Pirpirituba-PB. O trabalho se apresenta numa abordagem de pesquisa descritiva e exploratória com utilização de instrumento de coleta de dados através de análise bibliográfica e documental, além da aplicação de questionários aplicados a 15 docentes e 15 discentes. Métodos estes compatíveis com o tratamento dos dados de forma qualiquantitativa. A análise teve como norteamento o método do "Ciclo de Políticas" que permitirá aos gestores que avaliem e reflitam sobre as necessidades, aperfeiçoamentos, melhorias e controle para uma implementação eficaz na criação de um laboratório de informática na unidade escolar. Como resultados, afim de adequar as novas realidades educacionais e contemporâneas foi indicado um espaço no âmbito institucional que permitirá o desenvolvimento de toda comunidade estudantil na inclusão digital, envolvendo professores e alunos, de modo a permitir uma estrutura necessária, com suporte técnico e de profissionais da informática, capacitações e formações contínuas, aulas de informática, acesso a conexão via internet. Pelo exposto conclui-se que estas medidas permitirão as mudanças na vivência das práticas pedagógicas em todos os campos disciplinares necessários a inclusão proposta.

Palavras-chave: Inclusão digital. Informatização. Ciclo de políticas.

Abstract

This article proposes the computerization and digital inclusion of the Municipal School of Primary Education Deputy Humberto Lucena, located in the municipality of Pirpirituba-PB. The work is presented in a descriptive and exploratory research approach with the use of an instrument of data collection through bibliographical and documentary analysis, as well as the application of questionnaires applied to 15 teachers and 15 students. These methods are compatible with the treatment of data in a qualitative and quantitative manner. The analysis was based on the "Policy Cycle" method that will allow managers to evaluate and reflect on the needs, improvements, improvements and control for an effective implementation in the creation of a computer lab in the school unit. As a result, in order to adapt the new educational and contemporary realities, a space has been indicated in the institutional scope that will allow the development of every student community in digital inclusion, involving teachers and students, in order to allow a necessary structure with technical and professional support. In the foregoing it is concluded that these measures will allow changes in the experience of pedagogical practices in all the disciplinary fields necessary for the proposed inclusion.

Keywords: Digital inclusion; Informatization; Policy cycle.

1 Introdução

No mundo globalizado e pós-revolução tecnológica, a informação ganha destaque permitindo transformações sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas. As novas

tecnologias da informação e comunicação proporcionam o desenvolvimento da sociedade. Surge então, o desafio a ser chamado de inclusão digital, com o objetivo de lutar contra a não-inclusão digital, causada

pela marginalização de algumas camadas sociais. Borges (2018, p. 147) acrescenta:

A inclusão digital ocorre quando o indivíduo utiliza a informática como um meio de acesso à educação, ao trabalho, às relações sociais, à comunicação e ao exercício de sua cidadania. Portanto, incluir o indivíduo digital e socialmente requer ações que lhe ofereçam condições de autonomia e habilidade cognitiva para compreender e atuar na sociedade Informacional.

A relevância deste trabalho consiste em proporcionar a inclusão digital pela admissão da informática em ambiente escolar, permitindo aos alunos apropriação dessa tecnologia, visando uma geração capaz de manuseio e inserção na sociedade globalizada.

Neste contexto, o presente trabalho propõe a elaboração de um projeto de inclusão digital implementação de um projeto de inclusão digital, por meio da informatização da Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena, localizada em Pirpirituba-PB, alcançando aproximadamente 200 jovens na faixa etária de 11 a 16 anos, das turmas que compõe o Ensino Fundamental II, de 6º ao 9º ano, e no supletivo, com aproximadamente 50 alunos maiores de 18 anos que compõe o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

Algumas dificuldades são encontradas na implantação e incorporação da informatização no ambiente escolar, no que se refere as esferas estruturais, pedagógica e política. Para que a proposta obtenha êxito, se faz necessário além da aquisição de equipamentos de tecnologias da informação e comunicação, um espaço com estrutura necessária, como a criação de um laboratório de informática, com assistência técnica e profissionais da informática para capacitar alunos e professores, introduzindo uma vivência na Era Digital, o que proporcionará uma inclusão digital efetiva inserida na vivência das práticas pedagógicas.

2 Referencial teórico

2.1 O estado de bem-estar social

Sucedendo o Estado Liberal, surge uma forma específica entre as relações de Estado e mercado, o Estado de Bem-Estar Social, assegurando aos cidadãos um mínimo patamar de igualdade social e bem-estar, interferindo o mercado através de políticas públicas.

Segundo Coelho (2012, p. 87), “o Estado de Bem-Estar Social descentralizou a tomada de decisões do mercado e passou a ter maior controle sobre os diversos setores da sociedade. O Estado passa a ceder lugar a uma cultura mais inclusiva”.

Sobre Estado de Bem-Estar Social, Gasparetto Júnior (2013) esclarece que:

O Estado de Bem-Estar Social é um modo de organização no qual o Estado se encarrega da promoção social e da economia. Ao longo dos séculos, as escolas de pensamento econômico retiraram a participação do Estado da organização da economia, concedendo grande espaço e influência ao que se designou como Liberalismo. Este tipo de orientação ideológica que prevê maior liberdade para o mercado, sem a regulamentação do Estado, vigorou no século XIX, mas entrou em profunda crise no início do século XX. A partir da década de 1930, então, expandiu-se o modelo chamado de Estado de Bem-Estar Social, no qual o Estado é organizador da política e da economia, encarregando-se da promoção e defesa social. O Estado atua ao lado de sindicatos e empresas privadas,

atendendo às características de cada país, com o intuito de garantir serviços públicos e proteção à população.

O Estado de Bem-Estar Social ganhou ainda mais terreno com a inclusão do conceito de cidadania, propagado após a queda dos regimes totalitários na Europa. Associou-se à ideia de que os indivíduos são dotados de direitos sociais. O modelo de organização estatal concede aos indivíduos bens e serviços públicos durante toda a vida. Os direitos sociais conferem serviços de educação, saúde, seguridade e lazer.

Como parte dos direitos fundamentais que o Estado deve proporcionar a população, fica aqui a reflexão sobre qual o papel dos gestores municipais, Prefeitos e Secretários, representantes do Poder Executivo, na construção de uma sociedade mais igualitária e que proporcionem mais acesso a informação e desenvolvimento da educação, através de iniciativas em maiores investimentos e projetos na educação, sendo esta, a principal missão da informatização e inclusão digital nas escolas.

2.2 Plano Nacional de Educação – PNE e Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo

O Plano Nacional de Educação – PNE, foi criado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vigência (duração) de 10 anos. Tem dentre suas diretrizes, a melhoria da qualidade da educação, a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país, dentre outros. Dentre as estratégias, se propõe a informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com acesso a computadores e conexão via internet, bem como manter programa nacional de formação

inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.

Há também o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, criado pelo Ministério da Educação, através da portaria nº 522 em 09/04/1997, com objetivo de promover o uso das tecnologias como ferramenta de enriquecimento pedagógico no ensino público fundamental e médio.

O ProInfo possui como seu principal objetivo disponibilizar e promover o ensino da informática na rede pública de educação básica no Brasil. O programa disponibiliza as escolas as ferramentas de informática e as novas tecnologias, como computadores, aparelhos eletrônicos, recursos digitais e conteúdos didáticos envolvendo a informática educativa. Sobre o ProInfo, o PORTAL EDUCAÇÃO (2018) diz:

O programa PROINFO também visa disponibilizar para toda a sociedade escolar formação dos professores acerca das novas tecnologias, bem como será realizado análises e reavaliações do processo de implantação do programa nas escolas. Como também objetiva desenvolver novas habilidades em todo o âmbito escolar, desenvolver novas formas de ensinar a leitura e a escrita, desenvolver dinâmicas de trabalho em equipe, tanto dos profissionais da escola, como dos alunos, disponibilizar acesso às novas tecnologias para alunos de classes sociais menos favorecidas e que não possuem acesso às ferramentas de informática.

Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a

estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias. O Portal do Ministério da Educação (Portal MEC) esclarece que para fazer parte do ProInfo Urbano e /ou Rural, o município deve seguir três passos: a adesão, o cadastro e a seleção das escolas. A adesão é o compromisso do município com as diretrizes do programa, imprescindível para o recebimento dos laboratórios. Após essa etapa, deve ser feito o cadastro do prefeito na plataforma do programa, que permitirá o próximo passo, que é a inclusão das escolas no ProInfo.

2.3 Inclusão digital no ambiente escolar

A inclusão digital na Rede Pública de Educação, através da criação de laboratórios de informática, necessita de preparação aos usuários, professores e alunos, para manuseio dos computadores. Caberá ao docente adequar as novas demandas educacionais e permitir maior interação com as novas ferramentas inseridas de tecnologia e informação. Nessa perspectiva, a tecnologia assume um papel importante no mundo globalizado, sobretudo em ambiente escolar, pois o instrumento induz a uma nova relação com o conhecimento.

Observamos com frequência que articulações entre projetos de inclusão digital e educação resumem-se as atividades escolares (pesquisas), o que é significativo para aqueles que não tem as ferramentas (computadores, celulares smartphones) e/ou conexão em casa. É uma oportunidade de interação, porém continua na perspectiva de consumo de informações. O que não estimula políticas públicas e articulações mais efetivas. Como notamos, a cultura digital não é considerada como parte integrante dos processos pedagógicos e das aprendizagens dos alunos, onde nem sempre há um computador disponível aos professores, ou mesmo quando há são limitados para digitação de atividades, avaliações e relatórios.

A apropriação da tecnologia na prática pedagógica permite inserir a escola nesse novo mundo, onde o conhecimento não é mais estático, mas sim dinâmico, o acesso a informação é veloz na sociedade contemporânea, e os alunos da Rede Municipal de Ensino, por questões de menor poder aquisitivo de suas famílias, não podem ficar de

fora desse contexto, é preciso reduzir essas desigualdades e oportunizar a boa prática, com eficiência e eficácia, da inclusão digital nas escolas da rede pública. Sobre o papel do gestor na inclusão digital, afirma Alonso (2007, p.56 *apud* Meneses, 2001, p.04):

O gestor terá de se adaptar a novas funções e assumir o papel de facilitador do processo. É preciso que tenha clara uma nova concepção de gestão, que consiga de fato, exercer este papel sem fazer distinção entre as tarefas administrativas, e as pedagógicas, que saiba dividir as responsabilidades entre os grupos que concebem que planejam, e os que executam, atribuindo a todos, sem diferenças, o sucesso ou o fracasso obtido nos resultados finais.

Portanto, além da sensibilização dos gestores sobre as questões, e proporcionarem a criação de ambientes necessários para sua vivência, para efetivamente transformar a escola num *locus* de inclusão digital, não basta ter acesso a tecnologias de informação e comunicação, embora este seja necessário e ter boa qualidade, mas é preciso que se invista na democratização do uso e na formação por parte dos envolvidos, alunos e professores. Ou seja, a escola começa a se constituir em espaço estratégico para promoção da inclusão digital.

3. Método de pesquisa

O trabalho se apresenta numa abordagem de pesquisa descritiva e exploratória com utilização de instrumento de coleta de dados através de análise bibliográfica e documental além da aplicação de questionários com questões abertas. Métodos estes compatíveis com o tratamento dos dados de forma qualiquantitativa, posto ter sido oportunizado extrair dos documentos e referencial consultado categorias de análise para construção e tabulação dos questionários

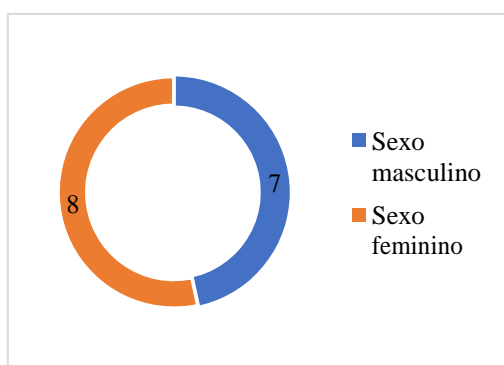
aplicados. O universo da pesquisa se insere no contexto das escolas municipais do município de Pirpirituba, sendo aplicado um questionário onde foi apresentado aos respondentes, por acessibilidade, o tema da inserção da informatização na escola. A amostra se concentrou em 15 docentes e 15 discentes de 01(uma) unidade escolar composta por uma equipe educacional de 17 professores, destes, 11 atuando no Fundamental II e 6 na Educação de Jovens e Adultos, além de uma diretora escolar, uma diretora adjunta e um agente administrativo.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena, localizada no Centro de Píripituba, trabalha com as turmas do Ensino Fundamental II, de 6º ao 9º ano, com aproximadamente 200 jovens na faixa etária de 11 a 16 anos, e turmas do supletivo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), num total de 50 alunos maiores de 18 anos. O esforço metodológico em função da atendimento aos objetivos pretendidos e a problemática proposto foi idealizado para conhecer melhor a realidade dos sujeitos envolvidos de modo a apresentar resultados como justificado no âmbito de um trabalho de pesquisa.

4. Resultados da pesquisa

Confira nos gráficos a seguir a representação dos alunos:

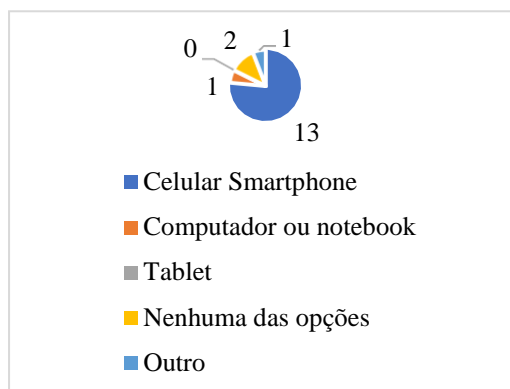
Gráfico 01 – Sexo dos alunos



Fonte: dados da pesquisa (2018)

No gráfico 01 nota-se que do campo amostral de 15 estudantes respondentes, todos das três turmas do 9º ano – Fundamental II, sendo 8 do sexo feminino e 7 do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 16 anos.

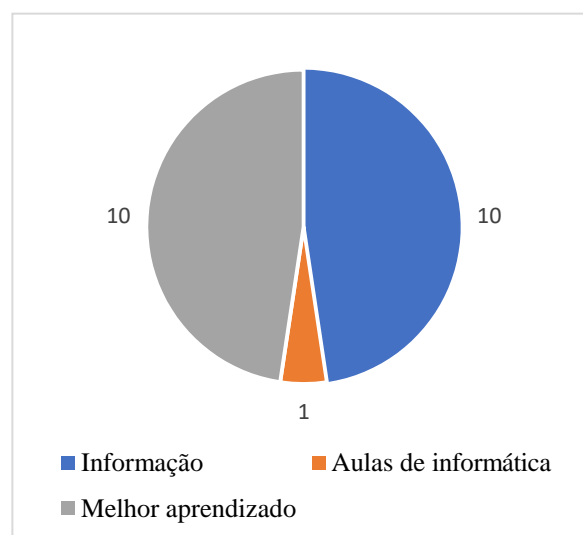
Gráfico 02 – Uso em casa dos equipamentos de informática e comunicação



Fonte: dados da pesquisa (2018)

De acordo com o gráfico 02, o levantamento do total de 15 alunos respondentes, 13 possuem aparelho celular smartphone, com acesso à internet; apenas 1 possui computador de mesa ou notebook; nenhum dos respondentes possuem tablet; 2 não possuem nenhum dos equipamentos citados de tecnologia da informação e comunicação; e 1 possui aparelho celular sem acesso à internet.

Gráfico 03 – Interesse dos alunos com a informatização da escola



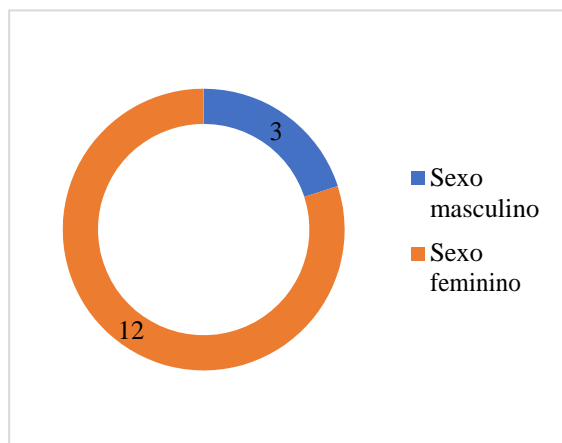
Fonte: dados da pesquisa (2018)

No gráfico 03, numa abordagem descritiva, os alunos respondentes puderam descrever os seus interesses proporcionados pela informatização na escola. Dos 15 alunos respondentes, 10 destacaram uma melhor informação como um bem proporcionado pelas novas práticas adotadas com a implementação

da informatização, através da criação de laboratório de informática; 10 caracterizaram o projeto como algo que lhes proporcionem melhor aprendizado, auxiliando nas demais disciplinas; e 1 ponderou a importância da inserção de aulas de informática.

Confira nos gráficos a seguir a representação dos professores:

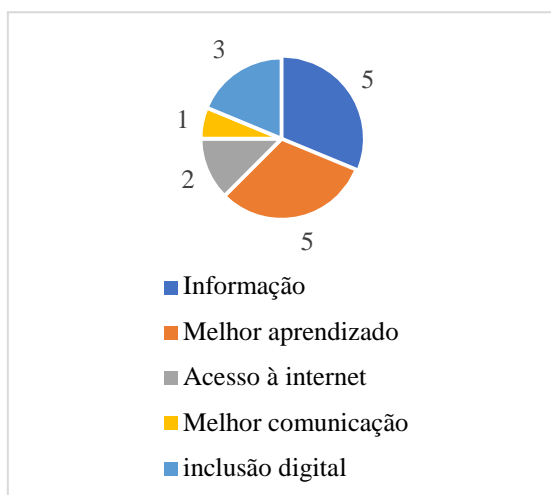
Gráfico 04 – Sexo dos professores



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Da amostra de 15 professores respondentes da escola de Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos (EJA), destes, 12 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino, na faixa etária de 36 a 56 anos, ensinando nos diversos componentes curriculares: língua portuguesa, produção textual, língua inglesa, matemática, história, geografia, ciências e artes.

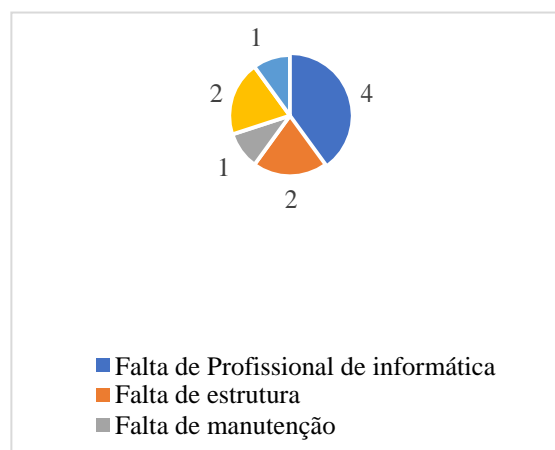
Gráfico 5 – Pontos positivos da informatização nas práticas pedagógicas



Fonte: dados da pesquisa (2018)

A abordagem descritiva do questionário, oportunizou aos professores escrever em suas visões as contribuições transformadoras das práticas pedagógicas em ambiente escolar, proporcionadas pela informatização na escola. Da amostra de 15 respondentes, 5 defendem que a proposta permite um melhor aprendizado nas mais diversas áreas de conhecimento; 5 trataram a informação como grande conquista para os alunos da rede pública, já que, segundo eles, os alunos em sua maioria não dispõem das ferramentas (confirmado pelo questionário aplicado aos alunos), sendo assim, através do laboratório de informática, eles terão uma formação e preparo que os tirará dessa condição de ficar à margem da informação, e uma oportunidade de estarem atualizados e mais preparados para o futuro, ampliando as possibilidades de conhecimento; 3 abordam a inclusão digital como benefícios para o campo do trabalho e para a própria socialização dos estudantes, deixando o aluno mais inteirado com a modernidade numa era digital; 2 defendem que proporcionará maior e melhor acesso a internet, e 1 fala que resultará uma melhor comunicação entre alunos e professores.

Gráfico 6 – Dificuldades da informatização nas práticas pedagógicas



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Com a mesma abordagem empregada em todos os questionamentos, foi possível aos professores puderem escreverem seus pontos de vista acerca das dificuldades encontradas nas práticas pedagógicas com a criação de laboratório de informática. Da amostra de 15

respondentes, 4 destacaram que a falta de profissionais de informática é um fator negativo, pois mesmo com a criação de um laboratório de informática é necessário ter o acompanhamento de profissionais para dar o suporte necessário e capacitar professores e alunos; 2 elencaram a falta de estrutura e 2 citaram a má qualidade da conexão via internet como fatores prejudiciais ao desenvolvimento da proposta; 1 professor citou o mau uso dos equipamentos como fator negativo, pois sendo mal administrado por alunos e professores poderá dispersar a atenção das aulas; e 1 citou a falta de manutenção como algo prejudicial ao desenvolver das mudanças com a informatização da escola municipal.

5 Ciclo de políticas para a informatização da escola

O ciclo de políticas permite ao gestor compreender o processo de tomada de decisões nas políticas públicas, avaliando e refletindo sobre melhorias e aperfeiçoamentos sobre determinadas situações. Sobre este ciclo, Rua (2012, p. 35) pondera:

Nesse caso, as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e as atividades de etapas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas.

Segue o Ciclo de Políticas proposto para a implementação da inclusão digital, através da criação de laboratório de informática, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena em Pirpirituba-PB:

I - Formação de uma agenda - a partir da situação e necessidades reconhecidas para melhorias estruturais e de formação; como a aquisição de equipamentos, criação de laboratório de informática, suporte de professores e técnicos de informática, e capacitação de alunos e professores, sendo

estas mudanças transformadoras das práticas pedagógicas de ensino-aprendizado em ambiente escolar;

II - Formação das alternativas e tomada de decisões – após a inclusão do problema na agenda e alguma análise, os atores apresentam propostas para resolução. Essas propostas devem incluir todos os envolvidos (Prefeitura, Secretaria de Educação, Direção, Conselhos e Corpo Docente), chegando a um consenso por meio do diálogo, enxergando as atuais limitações e quais as mudanças e objetivos desejáveis com a informatização em ambiente escolar.

III - Processo de tomada de decisão – com as todas as alternativas avaliadas, na terceira fase se define qual será o curso de ação adotado. São definidos os recursos e o prazo temporal da ação da política

IV - Implementação – consiste em um conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas dos setores envolvidos, de tal maneira que as decisões inicialmente tomadas deixam de ser apenas intenções e passam a ser intervenções na realidade. Normalmente, as intervenções vêm acompanhadas do monitoramento, um conjunto de procedimentos de apreciações dos processos adotados, dos resultados preliminares e do comportamento do ambiente. Esse monitoramento ficará na responsabilidade da Secretaria de Educação, que deverá buscar programas educacionais, como os vistos anteriormente (ProInfo), convênios, e mesmo traçar o acompanhamento desde a etapa de implementação até a supervisão das práticas de informática na escola.

V - Avaliação – conjunto de procedimentos de julgamento dos resultados. Juntamente com o monitoramento, destina-se a subsidiar as decisões dos gestores quanto aos ajustes necessários para que os resultados sejam obtidos.

O Ciclo de Políticas deve cumprir as funções de promover e melhorar a cooperação entre os atores e constituir-se num programa implementável.

6 Considerações finais

A abordagem deste trabalho consiste em desenvolver uma proposta de informatização na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Humberto Lucena, localizada na cidade de Pirpirituba-PB, através da criação de laboratório de informática e beneficiando a todos os atores envolvidos, alunos e professores.

Como partes de um mundo globalizado, a informação ganha destaque nas áreas sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas. As novas tecnologias da informação e comunicação estão cada vez mais presentes nas relações modernas, pessoais e profissionais. Nesse contexto, a inclusão digital surge com o objetivo de combater a marginalização de algumas camadas sociais, e permitir o desenvolvimento de ações que lhe ofereçam condições de autonomia e habilidades para compreender e atuar na sociedade informacional.

A inserção da informatização em ambiente escolar se faz necessária, e permite mudanças nas esferas estruturais, pedagógicas e políticas. Como sugestão para obter o êxito em sua aplicabilidade e operacionalidade, temos o “Ciclo de Políticas” que permite aos gestores compreender o processo de tomada de decisões nas políticas públicas, avaliando e refletindo sobre necessidades, aperfeiçoamentos, melhorias e controle sobre determinadas ações e projetos.

Com isso, alguns fatores são imprescritíveis para que a proposta de informatização funcione de forma eficaz, como a aquisição de equipamentos de tecnologias da informação e comunicação, um espaço com estrutura necessária, como a criação de um laboratório de informática, com assistência técnica e profissionais da informática para capacitar de forma contínua alunos e professores, permitindo uma vivência na Era Digital, e proporcionando a inclusão digital efetiva inserida na vivência das práticas pedagógicas.

Referências

BORGES, Maria de Freitas Vieira. **Inserção da informática no ambiente escolar: inclusão digital e laboratórios de**

informática numa rede municipal de ensino. Pará: XXVIII Congresso da SBC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Atos do Poder Legislativo, Brasília-DF, 25 jun. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O público e o privado na gestão pública.** 2. ed. Reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Estado de bem-estar social.** Disponível em: <www.infoescola.com.br>. Acessado em: 25 de agosto de 2017.

MENESES, Soraya Cristina Pacheco. **UCA-um computador por aluno: era da inclusão digital.** Disponível em: <<http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/view/1656/1421>>. Acesso em 12 de agosto de 2018.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Programa nacional de informática na educação.** Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/programa-nacional-de-informatica-na-educacao/53816>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

PORTAL MEC. **Proinfo: apresentação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfo>>. Acesso em 10 de outubro de 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** 2. ed. Reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - EAD
JOÃO PESSOA-PB**

Caro (a) respondente, este questionário direcionado aos alunos servirá de base para análise ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) referente a uma pesquisa que propõe a informatização e inclusão digital dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Pirpirituba-PB, mais especificamente aos alunos da Escola Municipal Deputado Humberto Lucena, de 6º ao 9º ano – Fundamental II, de faixa etária de 11 a 16 anos.

QUESTIONÁRIO:

1 – Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Turma: _____

1 – Em sua casa há quais destes equipamentos de informática e comunicação?

- () Celular smartphone (com acesso à internet)
- () Computador de mesa ou notebook
- () Tablet
- () Nenhuma das opções anteriores
- () Outro: _____

1 – O que de bom o uso de computadores na escola pode proporcionar aos alunos?
